





## MENINAS ADOLESCENTES E A AUTO PERCEPÇÃO SOBRE A VULNERABILIDADE E RISCOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

### TEENAGE GIRLS AND THE SELF-PERCEPTION ABOUT VULNERABILITY AND RISKS: A SYSTEMATIC REVIEW

Adilson ANACLETO\*   
Vanessa Santana GODOY\*\*   
Fabiane Freire FRANÇA\*\*\*   
Ana Paula COLAVITE\*\*\*\* 

**Resumo:** A desigualdade social é um dos fenômenos que influencia na formação de jovens, sendo as meninas adolescentes as mais suscetíveis aos riscos de violência física, e psicológica. No entanto, poucos estudos têm sido realizados no que se refere à compreensão deste cenário, assim, o objetivo da presente revisão sistemática foi verificar como as pesquisas que envolvem esse grupo de pessoas têm sido geradas e analisadas no campo científico. A coleta de dados foi realizada nas bases de dados do Scielo, Web of Science e Scopus, através de combinações de descritores. Ao final, foram selecionados e analisados 23 manuscritos. Os resultados revelaram que as meninas são o gênero que mais são acometidas pelos fatores de riscos, e em contexto geral a assistência e cuidados específicos são marcados por ações esparsas e fragmentadas, evidenciando uma grande lacuna entre as necessidades reais e os serviços ofertados pelo poder público.

**Palavras-chave:** Notificação de abuso. Violência. Comunidades pobres. Violência contra a mulher.

**Abstract:** Social inequality is one of the phenomena that influences in the formation of young people, with teenage girls being the most susceptible to the risk of physical and psychological violence. However, few studies have been carried out regarding the understanding of this scenario, thus, the objective of this systematic review was to verify how research involving this group of people has been generated and analyzed in the scientific field. The data collection was performed in Scielo, Web of Science and Scopus databases, using combinations of descriptors. At the end, 23 manuscripts were selected and analyzed. The results revealed that girls are the gender that are most affected by the risk factors, and in general, the specific care and assistance are marked by sparse and fragmented actions, showing a large gap between real needs and the services offered by the government.

**Keywords:** Abuse notification. Violence. Poor communities. Violence against women.

Submetido em 10/06/2021. Aceito em 28/10/2021.

\* Doutor em produção vegetal. Professor permanente do Programa de Mestrado em Ambientes Litorâneos e Insulares PPG-ALI - Campus de Paranaguá. Professor permanente do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento PPGSeD - Campus de Campo Mourão. E-mail: [adilson.anacleto@unespar.edu.br](mailto:adilson.anacleto@unespar.edu.br)

\*\*Psicóloga, Mestranda Programa de Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Unespar Campus Campo Mourão - PR. E-mail [godoy\\_vanessa@hotmail.com](mailto:godoy_vanessa@hotmail.com)

\*\*\*Doutora em Educação, Professora permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. E-mail: [fabiane.freire@unespar.edu.br](mailto:fabiane.freire@unespar.edu.br)

\*\*\*\* Doutora em geografia, Professora permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. E-mail: [anap.colavite@unespar.edu.br](mailto:anap.colavite@unespar.edu.br)



© O(s) Autor(es). 2020. Acesso Aberto. Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)).

## 1 INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase de diversas transformações, sejam biológicas, psicológicas e sociais, que acontece entre a infância e a vida adulta. Esse período é vivenciado por inúmeros conflitos internos e externos, e o/a adolescente precisa lidar com todos esses aspectos, construindo as suas relações sociais, recebendo influências culturais, estímulos do ambiente onde vive, sendo que esse conjunto interfere no desenvolvimento da personalidade, no comportamento e na subjetividade do ser, e refletem consequentemente em sua vida adulta e no meio social.

Os fenômenos sociais estão interligados ao contexto dos indivíduos em que ocorrem as relações pessoais e interpessoais, de acordo Guareschi (2001) e Durkheim (2011), todo ser humano é constituído e se constrói, são formadores da sociedade assim como também é produto dela, mediante relações e dos espaços sociais em que estão inseridos e vivenciam.

Desse modo Guareski (2001) afirma que o conceito de relação é constituído por meio do individual e do social, do interno e o externo, em um processo de representações da sociedade, da vida social e do ser humano que está ligado a tudo que existe e de forma mutável. Vigotski (2009) reforça essa premissa e ressalta que o indivíduo se apropria do social e o mundo exterior se torna interno, isso se dá através das experiências, num processo de assimilação da realidade, construindo o psiquismo por conhecimentos adquiridos, valores observados, educação recebida, informações acessadas e em especial pelas relações sociais e culturais.

A sociedade segundo Durkheim (2011) também influencia na formação da consciência individual, e significativa parte dessa construção do ser é feita pela educação, assimilação de normas e princípios determinados ao comportamento do indivíduo em grupos, e assim ocorre a constituição da subjetividade por intermédio das relações que o indivíduo constrói ao longo de sua existência. Oliveira et al. (2020) descreve que são muitos os fatores externos que provocam influências nos indivíduos, no entanto é perceptível que a maior ou menor nocividade estão atreladas às condições socioeconômicas que expõem os indivíduos a inúmeras vulnerabilidades e situações de risco social.

As condições socioeconômicas, atreladas à falta de investimentos e recursos em saúde, segurança e educação nas comunidades mais empobrecidas desfavorecem a construção e formação humana, e tangibiliza de forma acentuada as fragilidades, exclusão e preconceito conforme relatado por Macedo (2020). Historicamente, segundo Martins e Alagia (2020), tais condições afetam mais as mulheres que homens, e entre todos os extratos populacionais as meninas adolescentes pertencem a classe mais vulnerável, que reflete a crueldade com a pessoa humana, criminalidade, violência, drogas, conflitos familiares, abusos sexuais, gravidez na adolescência e violação dos direitos humanos fundamentais (FARIA FILHO et al., 2015; OLIVEIRA et al., 2020).

Conforme descrito por Souza et al. (2019) os riscos derivados da disfunção socioeconômica são vivenciados constantemente nas comunidades empobrecidas e para a adolescente esses fatores e iniquidades sociais resultam na privação de seu bem-estar, e além da pobreza em si, outros aspectos que dificultam a

mudança dessa condição é a falta de acesso à educação, que limita a capacidade de reação ao longo do tempo, condicionando e agravando a vulnerabilidade e não permitindo que a adolescente tenha uma visão acerca de si e de seu futuro para além dos limites de sua realidade vivida.

De acordo com Moscovici (2007) a compreensão sobre a realidade existencial, a concepção, percepção e reflexão, fazem parte da construção e constituição das relações sociais diárias e do cotidiano, assim urge que se analise, discuta e interprete os acontecimentos que envolvem meninas adolescentes, e a partir disso, compreender as percepções que esses fenômenos marcam em seu “ser”, na identidade e em sua personalidade e reflète no indivíduo em todas as esferas psíquicas. Portanto, é necessário que grupos de pessoas em condições de vulnerabilidade sejam ouvidos, e que seja dada atenção aos problemas advindos do convívio social e dos comportamentos correlacionadas à interação com a sociedade, bem como também devem ser considerados os possíveis mecanismos de enfrentamento dos fatores de risco que essas adolescentes se encontram.

Assim, diante do exposto, o objetivo da presente revisão sistemática foi verificar como os estudos relativos as meninas adolescentes em condições socialmente vulneráveis no Brasil, têm sido gerados e analisados no campo científico, e visou, ainda de forma mais específica investigar se os estudos consideram a autopercepção das meninas adolescentes sobre si e dos riscos e possibilidades por ela vivenciados no cotidiano. Pretende-se, que as informações obtidas possam subsidiar futuras discussões e novas pesquisas científicas acerca das formas possíveis de enfrentamento dos fatores de riscos na percepção das meninas adolescentes e de suas perspectivas em relação ao futuro.

## 2 METODOLOGIA

O estudo foi pautado em uma revisão sistemática sobre a literatura científica especializada, tendo como foco em pesquisas que abordassem a autopercepção de meninas adolescentes em condições socialmente vulneráveis no Brasil. A pesquisa similarmente ao proposto por Ferreira (2002) e Pereira (2010) foi concentrada nos últimos cinco anos, para que pudesse refletir as condições atuais vivenciadas pelas meninas adolescentes.

Para a execução da revisão sistemática foi adotada a abordagem quali-quantitativa, a partir das palavras-chaves evidenciadas no objetivo de pesquisa.

Para o levantamento das informações acerca da temática, foram utilizadas as plataformas de base de dados científicos em periódicos do *Scielo*, *Web of Science* e *Scopus*, por consistir relevantes periódicos de diferentes áreas de conhecimento do Brasil e de outros países. A pesquisa foi realizada entre os meses de maio a novembro do ano de 2020, com os seguintes descritores: meninas, adolescentes, vulnerabilidade, percepção, auto percepção, e políticas públicas a mulher, sendo a busca realizada por pares e trios desses descritores.

O uso da palavra-chave inicial de pesquisa na plataforma do *Scielo* por pesquisas científicas, foram: “vulnerabilidade” e “adolescente” em todos os índices, sendo que foram identificados 124 estudos de diversas áreas do conhecimento, foram mapeados e sistematizados, e excluídos 81 artigos, com base na delimitação temporal ou por não apresentar relação de fato com o objetivo desse estudo.

Após essa primeira fase de seleção, restaram 43 artigos que foram lidos e as informações analisadas. Para isso foi organizada uma tabela com a descrição do título, a referência, o ano de publicação e o objetivo do estudo.

Ao final foram excluídos mais 27 manuscritos cujos estudos não abordavam a faixa etária selecionada, ou seja, o período da adolescência, não eram associadas às meninas adolescentes, e que apresentavam outras abordagens não similares com a temática desse levantamento, assim finalmente 16 artigos atenderam as buscas nos descritores utilizados e estavam relacionadas a meninas adolescentes em condições socialmente vulneráveis, sendo que estes na totalidade foram analisados nessa revisão.

Posteriormente, foi realizada também uma busca usando os descritores “auto percepção” e “adolescente”, em todos os índices da plataforma, porém não houve artigos encontrados, em seguida, foi utilizado os descritores, “percepção” e “adolescente” que resultou em 233 artigos encontrados. A análise revelou que esses novos títulos não eram relacionados ao tema da pesquisa, assim foram adotados os descritores “vulnerabilidade”, “percepção” e “adolescente” que resultaram em 5 artigos, no entanto, somente um estava associado com o tema, mas foi descartado devido ao ano de publicação estar fora da busca determinada.

A busca com os descritores “políticas públicas” e “adolescente”, resultou em 38 artigos encontrados nas plataformas de busca, no entanto, ao realizar a delimitação dos últimos 5 anos foram excluídos 24 artigos. O resultado final foi de 14 artigos, porém, dentre esses foram descartados 11 por não estarem correlacionados com o foco da temática, sendo assim delimitou-se nessa busca 3 artigos para serem analisados e sistematizados.

Por fim, foi feita a busca idêntica anteriormente descrita nas plataformas *Scopus* e *Science Direct (Web of Science e Scopus)* com os descritores “*vulnerability*”, “*adolescent*”, “*perception*” e “*Brazil*”, com recorte temporal dos últimos 5 anos que derivou em 43 manuscritos, desses 39 foram excluídos por repetição, ou ainda por não fazer menção a faixa etária, resultando em 4 artigos selecionados para a análise e discussão.

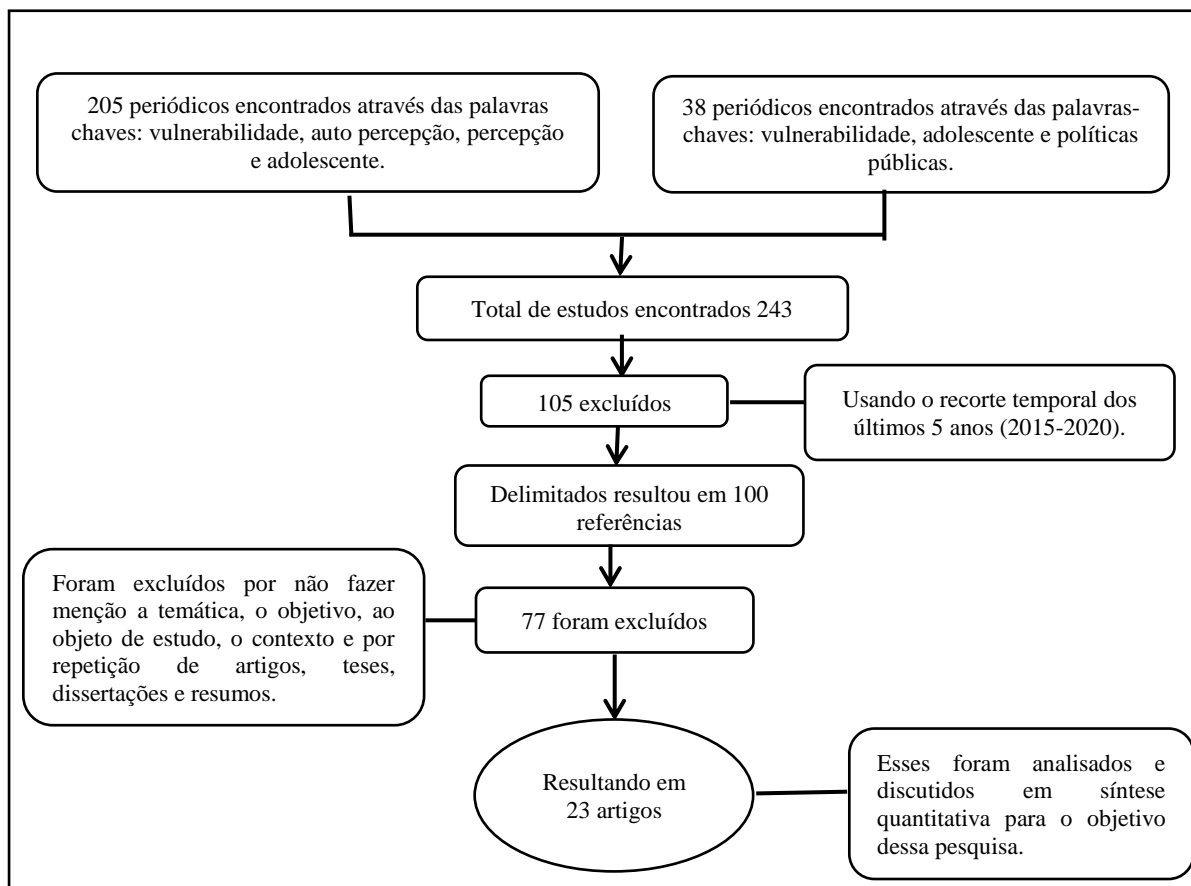
Após a seleção dos artigos, para a análise de conteúdo os mesmos foram categorizados por similaridades ou discrepâncias em torno dos interesses da investigação agrupando de forma abrangentes em temáticas como a educação, uso de drogas e políticas públicas.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O resultado final da pesquisa com o uso dos descritores resultou no total 243 artigos identificados, sendo que, foram excluídos 105 devido ao recorte temporal de cinco anos, outras 77 publicações científicas

foram excluídas por não correlacionarem diretamente com a temática do estudo como a faixa etária investigada, contexto social da pesquisa ou ainda por repetição da publicação, sendo assim a análise e discussão da síntese quantitativa foi referente a 23 artigos (FIGURA 1).

FIGURA 1: Representação sistemática do percurso metodológico do processo da revisão



Fonte: os autores.

A pesquisa revelou que múltiplos periódicos científicos oriundos de diversas áreas do conhecimento (Quadro 1) aceitam a publicação sobre a temática investigada, sendo abordados assuntos, de forma interdisciplinar, como as concepções da adolescência, os riscos e a vulnerabilidade, bem como em relação as abordagens diferenciadas em relação das construções teóricas e de análise dos problemas.

As vulnerabilidades mais evidenciadas foram relativas ao uso de drogas (MENEZES; PEREIRA, 2019); as concepções de adolescentes da educação básica sobre uso de drogas em geral (FARIA FILHO et al. 2015); uso de drogas ilícitas e as associações com os fatores socioeconômicos (MARTINS-OLIVEIRA, et al. 2016), o consumo excessivo de álcool, a prevalência do uso do tabaco na associação com os amigos e gênero (JORGE et al. 2015), dependência do álcool e os problemas relacionados, as implicações da atenção psicossocial no atendimento de adolescentes em situação do uso do crack (PAULA et al. 2017); a continuidade escolar do adolescente em vulnerabilidade social (PAULA; MOREIRA; ANDREOLI, 2016);

depressão e o sofrimento psíquico (BARBOSA et al., 2016), comportamento de meninas em privação de liberdade (ARAUJO et al., 2019), natureza das violências entre jovens (VIEIRA NETO; DESLANDES, 2016), o nível de resiliência diante do enfrentamento das adversidades (CORTES NETO et al., 2020), (SULIMANI-AIDAN, 2018), relação com a escola, raça e etnia (SOUZA; PANÚNCIO-PINTO; FIORATI, 2019); promoção da saúde em ambientes vulneráveis (FARRE, et al. 2018); falta de informação para adolescentes grávidas (BLEDSOE, et al., 2017) e os fenômenos sociais vivenciados por adolescentes (OLIVEIRA et al., 2020), esses aspectos correspondem a dados importantes na realidade de comunidades socialmente vulneráveis, estando atrelados à realidade cotidiana de meninas adolescentes (QUADRO 1).

QUADRO 1: Características dos estudos selecionados e incluídos na revisão sistemática para análise e discussão.

<b>Título/ Tema</b>	<b>Revista/ periódico</b>	<b>Ano</b>
“Sobrevivendo”: vulnerabilidade social vivenciada por adolescentes em uma periferia urbana.	Interface - Comunicação, Saúde, Educação.	2020
Resiliência em Adolescentes Participantes de Projetos Sociais Esportivos.	Ciência & Saúde Coletiva	2020
Desempenho ocupacional de adolescentes usuárias de drogas.	Caderno Brasileiro de Terapia Ocupacional	2019
Adolescências, saúde mental e crise: a história contada por familiares.	Caderno Brasileiro de Terapia Ocupacional	2019
Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação.	Caderno Brasileiro de Terapia Ocupacional	2019
Aspectos comportamentais e infracionais de adolescentes femininas em privação de liberdade.	Texto & Contexto – Enfermagem	2019
Adolescência e saúde mental: a perspectiva de profissionais da Atenção Básica em Saúde.	Interface - Comunicação, Saúde, Educação.	2019
Promoção da saúde do adolescente baseada na arte/educação e centrada na comunidade.	Revista Brasileira de Enfermagem	2018
Influência do grupo de pares e uso de drogas ilícitas entre adolescentes brasileiros: um estudo transversal.	Cadernos de Saúde Pública	2018
Programa Nacional de Inclusão de Jovens: possibilidades e contribuições na perspectiva dos adolescentes participantes.	Fractal: Revista de Psicologia	2018
Políticas de Saúde de adolescentes e jovens no contexto luso-brasileiro: especificidades e aproximações.	Ciência & Saúde Coletiva	2018
Promoting resilience among adolescents in care from their social worker’s perspectives	Children and Youth Services Review	2018
Safety, trust, and disclosure: A qualitative examination of violence against refugee adolescents in Kiziba Camp, Rwanda	Social Science & Medicine	2018
Experiências de adolescentes em uso de crack e seus familiares com a atenção psicossocial e institucionalização.	Ciência & Saúde Coletiva	2017
School Disciplinary Style and Adolescent Health	Journal Adolescent Health	2017
Pregnant adolescent women’s perceptions of depression and psychiatric services in the United States.	Women and Birth	2017

Efetividade do atendimento psicossocial na continuidade escolar de adolescentes em vulnerabilidade social.	Epidemiologia e Serviços de Saúde	2016
Sintomas depressivos em adolescentes em situação de vulnerabilidade social.	Cadernos Saúde Coletiva	2016
Risco de dependência do álcool: prevalência, problemas relacionados e fatores socioeconômico.	Ciência & Saúde Coletiva	2016
Relatos de gestores da Assistência Social, Educação e Segurança Pública sobre o enfrentamento da violência.	Cadernos Saúde Coletiva	2015
Concepções sobre drogas por adolescentes escolares	Revista Brasileira de Enfermagem	2015
Redes de uso e amizade de tabaco: um estudo transversal entre adolescentes brasileiros.	Ciência & Saúde Coletiva	2015
Atuação dos Profissionais de Psicologia Junto à Infância e à Adolescência nas Políticas Públicas de Assistência Social.	Psicologia: Ciência e Profissão	2015

Fonte: Os autores (2021).

A revisão revelou que as pesquisas tinham o propósito de identificar e analisar os impactos sofridos por adolescentes diante de situações de risco, e como ocorriam esses fenômenos, para tal, os pesquisadores buscaram diversas fontes entrevistas com famílias, centros de referência e atendimentos sociais, profissionais que trabalham com adolescentes e também diretamente com os mesmos. No entanto, as pesquisas foram realizadas com jovens sem categorizar o sexo, e somente três artigos faziam referências a adolescente do gênero feminino, sendo que estes abordavam o uso de drogas (MARTINS-OLIVEIRA et al., 2016) e (MENEZES; PEREIRA, 2019), ou ainda abordavam temáticas relativas as adolescentes em privação de liberdade (ARAUJO et al., 2019). Assim, foi evidenciado que existem poucos estudos que abordem investigações sobre a temática desse estudo.

A revisão revelou que os artigos publicados apresentavam autores de diferentes áreas do conhecimento como a Psicologia, Enfermagem, Farmácia, Assistência Social e Políticas públicas. Sendo assim, oito artigos (SCHAEFER et al., 2018; ROSSI; CID, 2019; SOUZA; PANÚNCIO-PINTO; FIORATI, 2019; FARRE et al., 2018; SILVA et al., 2019; VIEIRA NETO; DESLANDES, 2016; LAU; WONG; DUDOVITZ, 2017; BLEDSOE et al., 2017) eram voltados a questões da saúde do adolescente. Os autores também se valeram de diferentes correntes teóricas como a Terapia Ocupacional (MENEZES; PEREIRA, 2019), a Psicologia Histórico-cultural de Vygotsky (MACÊDO; PESSOA; ALBERTO, 2015) e a Fenomenologia (PAULA et al., 2017). De modo geral, todas as teorias citadas nas pesquisas têm seus fundamentos, contribuições e práticas que indaga a atuação de profissionais com jovens, porém no caso da conjuntura de vulnerabilidade, pobreza e adolescente induz a lacunas acerca da realidade concreta. Nesse contexto e formato ocorre a compreensão de maneira naturalista e descontextualizada, divergindo e comprometendo ações voltadas a intervenções, similar a uma ferramenta de controle social mecanizada e precária que impossibilita a ampliação de estratégias na efetivação de direitos que deveriam ser exercidos pelas adolescentes.

Os recursos metodológicos que orientaram a realização das pesquisas foram variados, dentre eles ressalta-se o estudo exploratório qualitativo (MENEZES; PEREIRA, 2019); pesquisa de método misto

(SOUZA; PANÚNCIO-PINTO; FIORATI, 2019) e (LAU; WONG, DUDOVITZ, 2017); estudo misto, descritivo, do tipo sequencial explanatório (ARAÚJO et al. 2019) estudo de recorte retrospectivo de adolescentes (PAULA; MOREIRA; ANDREOLI, 2016); abordagem avaliativa, participativa, qualitativa (FARRE et al. 2018); abordagem qualitativa (FARIA FILHO et al., 2015), (OLIVEIRA et al., 2020), (VIEIRA et al., 2015), (BERMUDEZ et al., 2018) (BLEDSOE et al., 2017) e (SILVA et al., 2019); estudo de corte transversal, comparativo e analítico (CORTÊS NETO et al., 2020); estudo transversal com uma amostra representativa (MARTINS-OLIVEIRA et al., 2016) e (JORGE et al., 2015); abordagem quali-quantitativa (MACÊDO; PESSOA; ALBERTO, 2015); 5 artigos não possuíam a metodologia explícita (ROSSI, CID, 2019), (BARBASO et al., 2016), (PAULA et al., 2017), (JORGE et al., 2018) e (CAMPOS; PAIVA, 2018).

Para a efetivação dos procedimentos metodológicos foram utilizados instrumentos de coletas de dados como a entrevista semiestruturada (MENEZES; PEREIRA, 2019), (SILVA et al., 2017); (ROSSI; CID, 2019), (SILVA et al., 2019) e (BLEDSOE et al., 2017); questionário sociodemográfico, mapas corporais narrados e entrevistas semiestruturadas (SOUZA; PANÚNCIO-PINTO; FIORATI, 2019); modelos de regressão de Poisson (PAULA; MOREIRA; ANDREOLI, 2016); teste Children's Depression Inventory (CDI) (BARBOSA et al., 2016); indagações sobre políticas e ações (VIEIRA et al., 2015); questionário sociodemográficas; ginecológico, obstétricas e comportamentais (ARAÚJO et al., 2019); Avaliação de Empoderamento (FARRE et al., 2018); grupos focais (FARIA FILHO et al., 2015), (CAMPOS; PAIVA, 2018) e (BERMUDEZ et al., 2018); observação e entrevistas na técnica de grupo focal (OLIVEIRA et al., 2020); entrevista estruturada e a aplicação do questionário com escalas de resiliência desenvolvida por Wagnild e Young em 1993 (CORTÊS NETO, 2020); regressão logística (JORGE et al., 2018); questionário para triagem (JORGE et al., 2015); e a entrevista semiestruturada para aferição dos dados sociodemográficos (MACEDO; PESSOA; ALBERTO, 2015).

Outra questão a ser ressaltada, e que os estudos buscavam dissertar refere-se as vulnerabilidades de maneiras específicas, não abrangendo os fenômenos e contextos sociais decorrentes da fragilidade social, nem tampouco buscavam compreender a decorrência do aumento dos riscos para essas adolescentes (OLIVEIRA et al., 2020), (FARRE et al., 2018), (SOUZA; PANÚNCIO-PINTO; FIORATI, 2019) e (ROSSI; CID, 2019).

A busca nas várias plataformas encontrou apenas um artigo (FARRE et al., 2018), que relaciona as meninas adolescentes com a arte e a educação com o intuito de auxiliar na saúde, abrangendo todas as dimensões, sociais, filosóficas e de direitos humanos. Assim neste contexto, considerando, que a educação é uma política pública de inclusão em nível global, seus parâmetros e propósitos vão além do ensino de qualidade, busca desenvolver um indivíduo ativo e promissor. A educação está presente em todos os níveis, desde projetos sociais, assistenciais e de saúde pública.

Desse modo, Freire (1967) resalta a importância da educação diante das desigualdades sociais e dos desfavorecidos, e alerta que as concepções do princípio educativo pode ser algo revolucionário,



libertador e transformador, contribuindo para a conscientização das adolescentes à medida que com o conhecimento ocorre o empoderamento e reflexões críticas de sua própria condição, para a partir disso buscar outros olhares sobre si e novas oportunidades acerca do enfrentamento para a realidade vivida e também de futuro.

Nessa mesma finalidade com a educação como intercessão, foram encontrados cinco artigos, sobre a intervenção em projetos sociais e esportivos para adolescentes (CORTES, NETO et al., 2020); que abarca equipes de profissionais voltadas para Assistência Social, segurança pública no enfrentamento da violência (VIEIRA et al., 2015); a Psicologia como suporte para a adolescência nas Políticas Públicas e de assistência (MACÊDO; PESSOA, ALBERTO, 2015); Programa Nacional de Inclusão de Jovens e políticas de saúde (CAMPOS; PAIVA, 2018); Políticas de Saúde de adolescentes (SCHAEFER et al., 2018); e a promoção da saúde de adolescentes (FARRE et al., 2018). Com base nisso, foi possível aferir a pouca ocorrência de estudos que versem sobre políticas públicas voltadas especificamente ao gênero feminino, em especial as meninas adolescentes.

Foram encontrados outros seis estudos cuja as temáticas estavam relacionadas a saúde mental e questões psíquicas problematizando a vulnerabilidade social em si, como a violência, conflitos familiares e gravidez na adolescência (BARBOSA et al., 2016; BLEDSOE et al., 2017; PAULA et al., 2017; BERMUDEZ et al., 2018; SULIMANI-AIDAN, 2018; CORTES NETO et al., 2020).

As pesquisas em contexto geral apresentaram resultados que evidenciaram que as questões socioeconômicas provocam fortes influências nos vínculos sociais e familiares, sendo que deste contingente pode resultar em aumento dos riscos enfrentados no ambiente em que está inserido, e quando refletido nos jovens em especial nas meninas adolescentes, os danos podem ser ainda maiores por ecoar na visão de mundo e futuro, gerando o descrédito por condições melhores e transformadoras condições de vida, tornando um ciclo perverso de desesperança de sua condição, culminando em culpas, medo e perplexidade.

Outro fator percebido nos estudos analisados é o atendimento aos adolescentes, e o descritivo de que existe uma negação por parte do poder público da necessidade de atendimento diferenciado a esse grupo de pessoas, que necessita de profissionais capacitados para lidar com situações extremadas como a violência física e sexual nas adolescentes ou familiares, bem como das necessidades básicas de sobrevivência econômica do cotidiano, além de várias outras situações de risco que evidenciam a frágil e debilitada política pública e os atendimentos assistenciais e psicossociais realizados no Brasil.

O grande número de situações adversas, recorrentes e perversas que são submetidas as meninas adolescentes no Brasil, tem gerado de forma recorrente a depressão oriunda do sofrimento psíquico, a inserção de jovens na criminalidade, a prática de homicídios, os conflitos familiares, o sentimento de ser oprimido, o uso de drogas, que muitas vezes tem como reflexo indireto o abandono à educação e a gravidez precoce que são problemas de saúde pública considerando que as jovens devem ter o direito a um futuro saudável, equilibrado e justo.

Assim, é possível perceber nos estudos analisados que os processos de proteção aos riscos em que são expostas as meninas adolescentes possuem inúmeras lacunas, e o Estado não cumpre com o seu papel de provedor da assistência e garantia de serviços de qualidade no atendimento humanizado e necessário em comunidades socialmente vulneráveis. Neste contexto, muitas vezes as jovens se sentem abandonadas pela família pelo Estado, e se sentem sujeitadas a uma condição agravante devido as dificuldades econômicas e sociais o que gera inúmeras vezes o constrangimento, vergonha e o sentimento de rejeição que pode inclusive limitar as possibilidades de futuro pelas violências sofridas. A ausência de programas que promovam ações que visam a reação das adolescentes em relação a violência familiar (abuso sexual, negligência, violência estrutural) possuem uma relação direta com a pobreza, ou seja, quanto mais pobre, maior a violência e maior a dificuldade de se fazer ouvir e frear os riscos vivenciados no cotidiano, bem como menor a oferta de programas que possam mudar esse cenário, conforme também relatado por Oliveira et al. (2020).

A escassez dos recursos públicos, a ineficiência da justiça, a incipiência de políticas públicas ao atendimento aos riscos, o despreparo de profissionais envolvidos na assistência realizada pelo Estado, a dificuldade de professores para trabalhar com esse grupo de pessoas vilipendia os direitos que deveriam ser garantidos por lei a essas adolescentes. Os adolescentes, independente de gênero são vistos como “problemáticos”, são vítimas de estereótipos que escondem as reais condições e conflitos vivenciados pelos mesmos, assim urge que seja pensado novas formulações, implementação de serviços, para que se tenham a transformação e a qualidade de vida necessária a essas pessoas em especial programas de desenvolvimento social, que gerem um desenvolvimento saudável.

Um agravante percebido entre as pesquisas analisadas nessa revisão, se refere a visão de futuro, e no que tange ao atendimento das necessidades de meninas adolescentes a realidade está longe de ser efetivada, e pouco se sabe sobre os modos que ocorrem o enfrentamento ao mundo e o processamento dos conflitos, frustrações e das inúmeras variáveis externas que influenciam a vida das meninas adolescentes. Assim, dever ser considerado pelo conteúdo nas pesquisas analisadas que as meninas que estão mais expostas à noção de risco uma vez que estão inseridas em uma cultura singular patriarcal. A sociedade segundo Aberastury e Knobel, (2011) quando diante de conflitos, recorre ao mecanismo esquizóide, fazendo com que os jovens adquiram todas as características de todo mal advinda do mundo adulto onde as mulheres devem obediência aos homens, e neste contexto para as meninas adolescentes, existe uma cobrança maior do que os meninos. Isso se dá, pelas concepções e representações sociais machistas, que foram criadas ao gênero feminino de subordinação, advinda desse mundo adulto enraizada em culturas em que coloca a mulher em posições inferiores aos homens, devendo seguir um comportamento considerado adequado, desses padrões surgem estereótipos e rótulos que “caracteriza” as meninas gerando conflitos interna e externamente ao mundo vivenciado, conforme também relatado por Moscovici (2007).

Portanto, as dificuldades das adolescentes são maiores devido a imposição desses arcaicos padrões comportamentais e de aparências, que são exigidas pela sociedade machista de modo geral. Nessa fase as

adolescentes estão em busca de reafirmação da identidade, enquadrando a aparência a qual é definida por identificação com a personalidade. Porém, os adultos não compreendem as imposições que são impostas ao gênero feminino, tornando-se um motivo de geração de conflitos familiares.

O pensar impositivo e machista da sociedade sobre as meninas reflete no pensar do futuro, repleto de receio, angústia e medo, dado que deparam com coisas incertas e a insegurança se faz presente, assim como a ansiedade. Para Baumam (2001) isso é consequência da modernidade e dos processos industrializados, as meninas passam a viver em agitação de maneira imediata e exagerada, com que acontecem as mudanças em sua liquidez e fluidez. O rompimento com esse paradigma em torno da aparência é necessário, pois diariamente são moldadas seguindo os padrões de estética e de modas imposta por uma sociedade capitalista e machista.

Anacleto et al. (2021) refletem apesar de tantas conquistas, a reversão dessa situação tão arraigada tem se modificando lentamente, e ainda se evidencia comumente a desigualdade de tratamento por uma sociedade essencialmente machista, que impõe as meninas maior pressão do que nos meninos, inclusive para a realização das mesmas atividades.

Os estudos revelam que os mais variados riscos imputados as meninas adolescentes trazem impactos na saúde, nas relações sociais, no físico e especialmente no psicológico em diferentes níveis decorrentes da gravidade e da intensidade das violências contra elas exercidas e nos danos à sua dignidade. Os estudos (BARBOSA et al., 2016; BLEDSOE et al., 2017; PAULA et al., 2017; BERMUDEZ et al., 2018; SULIMANI-AIDAN, 2018; CORTES NETO, et al., 2020) apontam grande fragilidade das políticas públicas que deveriam contemplar a diminuição e o enfrentamento desses riscos contra as meninas adolescentes, bem como na ineficácia de programas de proteção e resgate da autoestima.

Não existe pelo poder público o registro dos números reais de casos de violência contra adolescentes, sendo que os números podem ser considerados sub informados, o que não permite identificar com precisão a gênese da violência direcionada a esse grupo de meninas, e não permite que planos estratégicos de curto, médio e longo prazo sejam pensados para a solução dos problemas. Nesse contexto os mais variados estudos investigados permitem aferir de forma indireta que os riscos imputados as meninas adolescentes permanecem sob uma penumbra aos olhos do Estado, e não seria incorreto afirmar que esse grupo de pessoas nas comunidades socialmente vulneráveis se fazem invisíveis, ante os olhos dos gestores das políticas públicas não é cognoscível, o que é inaceitável ante o direito estabelecido pela própria legislação brasileira. O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) descreve que é dever do estado criar políticas públicas de assistência e cuidados para os adolescentes, eliminar os fatores de risco e protege-los/as da violência, execução da lei não exercida a contento segundo os estudos analisados (BARBOSA et al., 2016; PAULA et al., 2017; CORTES NETO et al., 2020).

Os estudos analisados apontam que é premissa da realidade social, entender que todo ser humano é constituído e se constrói por relações pessoais e por influência dos espaços sociais em que está inserido, e que a construção do mundo interno (psiquismo) se dá através das relações sociais, ou seja, é abarcado como

o fator constitutivo para o desenvolvimento da subjetividade de si e para si, e que é dever do poder público nas várias esferas governamentais desenvolver políticas públicas eficientes e instrumentalizar de forma corretas as já existentes protegendo e ao mesmo tempo criando condições de auto desenvolvimento e mitigação dos riscos que as meninas adolescentes estão expostas.

Assim, urge que sejam realizados novos estudos acerca da vulnerabilidade, pobreza, riscos e como todos esses fatores no futuro influenciaram a construção da personalidade da menina adolescente, bem como gerar um conjunto de informações que possam orientar de forma efetiva a criação de novas políticas públicas, que de voz aos jovens, e a partir de suas percepções e reflexões, criar planos efetivos de desenvolvimento e intervenção para combater as desigualdades e os riscos que são submetidos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo revelou que entre jovens e adolescentes, as meninas adolescentes são o gênero que mais são acometidas pelos fatores de riscos, o que justifica a realização de novos estudos no que tange a um diagnóstico mais ampliado dos riscos a que são submetidas, das condições socioeconômica, discriminação racial, e igualdade de gênero.

Os resultados observados na revisão sobre a produção científica relacionada a meninas adolescentes em condições de vulnerabilidade social revelaram que em contexto geral a assistência e cuidados específicos a esse grupo de pessoas são marcados por ações esparsas e fragmentadas, evidenciando uma grande lacuna entre as necessidades reais e os serviços ofertados pelo poder público em várias esferas.

Pode-se observar também que a quase totalidade dos estudos publicados no tempo analisado no presente estudo, bordam a violência, abuso sexual, drogas lícitas e ilícitas, conflitos familiares e destacam a quase ausência de alternativas de mudança desse cenário em curto espaço de tempo.

Finalmente é possível considerar que os problemas abordados relativos a esse grupo de pessoas em sua maioria possuem valor reconhecido nas pesquisas analisadas, no entanto a base de coleta de dados foram obtidas de outras fontes que não diretamente desse grupo de pessoas, assim especificamente no que se concerne as meninas adolescentes em condições de vulnerabilidade social, existe a urgente necessidade de uma concepção mais sensível e abrangente acerca dos problemas por elas vivenciadas no dia a dia, no sentido de gerar um conjunto de informações e dados que possam nortear ações voltadas à realidade concreta das jovens a partir das próprias percepções das meninas sobre si.

#### **REFERÊNCIAS**

ABERASTURY, A. KNOBEL, M. **Adolescência Normal**: Um Enfoque Psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 2 ed. 2011.

ANACLETO, A.; SOARES, F. C.; FRANÇA, F. N. Superendividamento e a crise econômica do novo coronavírus. **Princípios**, v. 1, n. 160, p. 208-224, 2020.

ARAÚJO, M. A. L.; FERNANDES, E. D. A. A.; BARROS, V. L. D.; AMORIM, R. F. Behavioral and infractional aspects of female teenagers deprived of liberty. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 28, n.1, p. 1-14, 2019.

BAUMAN, Z. **Prefácio: Ser leve e líquido**. In: Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BARBOSA, D. G.; ANDRADE, R. D.; TEIXEIRA, C. S.; GOMES FILHO NETO, M.; FELDEN, E. P. G. Sintomas depressivos em adolescentes em situação de vulnerabilidade social. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 221-227, 2016.

BERMUDEZ, L. G.; PARKS, L.; MEYER, S. R.; MUHORAKEYE, L.; STARK, L. Safety, trust, and disclosure: A qualitative examination of violence against refugee adolescents in Kiziba Camp, Rwanda. **Social Science & Medicine**, v. 200, p. 83-91, 2018.

BLEDSON, S. E.; RIZO, C. F.; WIKE, T. L.; KILLIAN-FARRELL, C.; WESSEL, J.; BELLOWS, A. M. O.; DOERNBERG, A. Pregnant adolescent women's perceptions of depression and psychiatric services in the United States. **Women and Birth**, v. 30, n. 5, p. 248-257, 2017.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

CAMPOS, C. C. A.; PAIVA, I. L. Programa Nacional de Inclusão de Jovens: possibilidades e contribuições na perspectiva dos adolescentes participantes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, n. 1, p. 22-29, 2018.

CORTÊS NETO, E. D.; DANTAS, M. M. C.; MAIA, R. D. S.; ARAÚJO FILHO, I.; MAIA, E. M. C. The resilience of adolescent participants in social projects for sport. **Ciencia & saude coletiva**, v. 25, p. 901-908, 2020.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2011.

FARIA FILHO, E. A.; QUEIROS, P. S.; MEDEIROS, M.; ROSSO, C. F. W.; SOUZA, M. M. D. Concepções sobre drogas por adolescentes escolares. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 68, n. 3, p. 517-523, 2015.

FARRE, A. G. M. D. C.; PINHEIRO, P. N. D. C.; VIEIRA, N. F. C.; GUBERT, F. D. A.; ALVES, M. D. D. S.; MONTEIRO, E. M. L. M. Promoção da saúde do adolescente baseada na arte/educação e centrada na comunidade. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, n. 1, p. 26-33, 2018.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas estado da arte. **Educação & Sociedade**, n. 79, p. 257-272, 2002.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra LTDA, 1967.

GUARESCHI, P. A. Pesquisa em Psicologia Social: de onde viemos para onde vamos. In N. E. E. Rivero (Org.), **Psicologia Social: estratégias, políticas e implicações**. Porto Alegre: Evangraf/Abraço-Sul, (2001).

JORGE, K. O.; FERREIRA, R. C.; KAWACHI, I.; ZARZAR, P. M.; PORDEUS, I. A. Influência do grupo de pares e uso de drogas ilícitas entre adolescentes brasileiros: um estudo transversal. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00144316, 2018.

JORGE, K. O.; FERREIRA, R. C. E.; KAWACHI, F. I.; ALMEIDA, I. Redes de uso e amizade de tabaco: um estudo transversal entre adolescentes brasileiros. **Ciência e saúde coletiva**, v. 20, n. 5, p.1415-1424, 2015.

LAU, C.; WONG, M.; DUDOVITZ, R. M.D. School Disciplinary Style and Adolescent Health. **Journal Adolescent Health**, v. 62, n. 2, p. 136-142, 2017.

MACEDO, O.; PESSOA, M. C. B.; ALBERTO, M. F. P. Atuação dos Profissionais de Psicologia Junto à Infância e à Adolescência nas Políticas Públicas de Assistência Social. **Psicologia: Ciência e profissão**, v. 35, n. 3, p. 916-931, 2015.

MARTINS-OLIVEIRA, J. G.; JORGE, K. O.; FERREIRA, R. C.; FERREIRA, E. F.; VALE, M. P.; ZARZAR, P. M. Risco de dependência do álcool: prevalência, problemas relacionados e fatores socioeconômico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 1, p. 17-26, 2016.

MENEZES, A. L.; PEREIRA, A. R. Desempenho ocupacional de adolescentes usuárias de drogas. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 4, p. 754-764, 2019.

MARTINS, F.; ALAGIA, L. Guerra contra as mulheres: uma análise feminista da violência sobre a precarização de mulheres e os efeitos da pandemia. *Revista Opinião Filosófica*, v. 11, ed. esp. 2, p. 1-16, 2020.

MACÊDO, S. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia Covid19: tecendo sentidos. **Revista do NUFEN**, v. 12, n. 2, p. 187-204, 2020.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Editado em inglês por Gerard Duveen: traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. -5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, P. C. D.; REIS, M. L.; VANDENBERGHE, L.; SOUZA, M. M. D.; MEDEIROS, M. “Sobrevivendo”: vulnerabilidade social vivenciada por adolescentes em uma periferia urbana. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, p. e190813, 2020.

PAULA, M. L. D.; JORGE, M. S. B.; LIMA, L. L. D.; BEZERRA, I. C. Experiências de adolescentes em uso de crack e seus familiares com a atenção psicossocial e institucionalização. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 2735-2744, 2017.

PAULA, T. C. S.; MOREIRA, F. G.; ANDREOLI, S. B. Efetividade do atendimento psicossocial na continuidade escolar de adolescentes em vulnerabilidade social. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 25, p. 789-798, 2016

PEREIRA, M. M. B. Editorial II: sobre a revisão sistemática e a meta-análise na área da fluência. **Revista CEFAC**, v. 12, n. 1, p. 10-11, 2010.

ROSSI, L. M. CID, M. F. B. Adolescências, saúde mental e crise: a história contada por familiares. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 4, p. 734-742, 2019.

SCHAEFER, R.; BARBIANI, R.; NORA, C. R. D.; VIEGAS, K.; LEAL, S. M. C.; LORA, P. S.; MICHELETTI. Políticas de Saúde de adolescentes e jovens no contexto luso-brasileiro: especificidades e aproximações. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 2849-2858, 2018.

SILVA, J. F. D.; MATSUKURA, T. S.; FERIGATO, S. H.; CID, M. F. B. Adolescência e saúde mental: a perspectiva de profissionais da Atenção Básica em Saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e18063, 2019

SOUZA, L. B. D.; PANÚNCIO-PINTO, M. P.; FIORATI, R. C. Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 2, p. 251-269, 2019.

SULIMANI-AIDAN, Y. Promoting resilience among adolescents in care from their social workers' perspectives. **Children and Youth Services Review**, v. 94, p. 43-48, 2018.

VIEIRA, L. J. E. D. S.; OLIVEIRA, A. K. A.; MOREIRA, D. P.; PEREIRA, A. D. S.; CATRIB, A. M. F.; LIRA, S. V. G. Relatos de gestores da Assistência Social, Educação e Segurança Pública sobre o enfrentamento da violência. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 23, n. 3, p. 231-238, 2015.

VIEIRA NETTO, M. F.; DESLANDES, S. F. As Estratégias da Saúde da Família no enfrentamento das violências envolvendo adolescentes. **Ciência & saúde coletiva**, v. 21, n. 5, p. 1583-1596, 2016.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

---

#### **Contribuições dos autores**

**Adilson Anacleto:** Orientador do projeto de pesquisa e da elaboração da dissertação de mestrado, participou da elaboração, redação e revisão de literatura e da formatação de acordo com as normas da revista  
**Vanessa Santana Godoy:** participou da elaboração, redação e revisão de literatura, da coleta de dados, análise e redação do texto final.

**Fabiane Freire França:** participou da elaboração da proposta da pesquisa e da revisão final do manuscrito.

**Ana Paula Colavite:** participou da elaboração da proposta da pesquisa e da revisão final do manuscrito.

---